



2024

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

[01.03.2024](#) – 100.º aniversário do Núcleo de Lamego

[07.04.2024](#) – Dia Nacional do Combatente

[06.04.2024](#) – Inauguração de Monumento aos Combatentes, Fronteira

[29.05.2024](#) – Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

[10.10.2024](#) – Inauguração do Pólo Museológico do Núcleo de Santarém

[23.10.2024](#) – Inauguração de Monumento aos Combatentes de Mourão

[11.11.2024](#) – Dia do Armistício



100.º aniversário do Núcleo de Lamego

Lamego

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

1 de março de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Dr. Francisco Lopes,
Exmo. Senhor Presidente do Núcleo de Lamego da Liga dos Combatentes, Coronel Valdemar
Correia Lima

Entidades civis, militares e religiosas presentes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Combatentes

Há precisamente 100 anos que a Grande Guerra dava origem a 100 anos de solidariedade e de apoio mútuo entre Combatentes portugueses nos conflitos armados dos séculos XX e século XXI. Nascia a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, hoje Liga dos Combatentes, obra Patriótica e Humanitária, cujos objetivos lhe têm garantido uma vida perene, em apoio aos Combatentes da Grande Guerra, Guerra do Ultramar, Missões de Paz e suas famílias, promovendo o apoio social, o apoio à saúde, à cultura, ao ensino, ao trabalho, bem como promovendo a História, os símbolos nacionais e a defesa dos valores superiores do País.

O sonho da Liga dos Combatentes materializa-se projetando a sua história centenária, no presente, criando as condições necessárias à sua Perenidade no futuro.

A Liga dos Combatentes tem percorrido uma trajetória de longa duração e comemorou o centenário da sua fundação em 2021, da sua primeira Assembleia-geral em 16 de outubro de 2023 e, mais recentemente, do seu reconhecimento oficial em 29 de janeiro de 2024, face aos 100 anos da publicação dos Estatutos da Instituição em «Diário do Governo» (Portaria n.º 3888 de 1924).

Avançámos com a História e o Tempo e tivemos um século XX brilhante. Avançámos, pois, com os nossos membros Combatentes e cidadãos alargando os horizontes e a abrangência dos nossos objetivos: promoção dos valores e prática da solidariedade extensivos à defesa dos Direitos Humanos, da Segurança e da Paz.

Um mês depois da sua oficialização, nascia o Núcleo de Lamego.

O Núcleo e Lamego da Liga dos Combatentes viveu, assim, de uma forma distinta, no cumprimento exemplar a missão estatutária da Liga dos Combatentes, todas as fases da sua vida, desde a sua fase de nascimento, à fase de constrangimento, com o estado novo, à fase de adaptação e retorno democrático, após o 25 de abril, e finalmente, uma fase de renovação já no século XXI.

A distinção que hoje lhe é conferida pelo Município de Lamego, entidade máxima local capaz de, externamente, reconhecer o trabalho desta instituição, no campo da solidariedade, do apoio mútuo, a Combatentes e famílias, bem como na defesa dos valores superiores do país é não só uma honra para o Núcleo e sua atual direção, mas também para a Liga dos Combatentes como um todo.

Por isso, aqui vim, com muita satisfação testemunhar este ato de reconhecimento e gratidão para com uma parte do nosso todo, o Núcleo de Lamego que, como é natural efusivamente felicito.

Termino com um agradecimento ao senhor Presidente da Câmara de Lamego por ao longo do seu mandato ter sempre apoiado e compreendido os anseios dos Combatentes de Lamego, bem representados pelo seu Núcleo da Liga dos Combatentes.

Mais uma vez se confirma o nosso grito:

Liga dos Combatentes?
Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes?
Em todas as Frentes!

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Dia Nacional do Combatente

Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

7 de abril de 2024

Exmo. Senhor Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa,

Excelência,

A presença de V.^ª Ex.^ª no Dia Nacional do Combatente, na Batalha, no mês em que se evocam os 106 anos da Batalha de La Lys na Grande Guerra, os 50 anos do 25 de abril e fim da Guerra do Ultramar é para os Combatentes por Portugal, um momento especial de conforto, pois representa, mais uma vez, o reconhecimento pelo mais alto responsável do poder político nacional, pela obra dos soldados de Portugal, ao longo da História, independentemente das circunstâncias políticas a que tiveram que obedecer. Bem-haja por estar mais uma vez connosco.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo,

As nossas sinceras felicitações pelo alto cargo que acaba de assumir. Temos fundamentadas esperanças de que os Combatentes vejam contempladas as reivindicações que há anos vêm fazendo e que o programa do governo contempla. Apresento a V.^ª Ex.^ª os nossos desejos das maiores felicidades no cumprimento de uma exigente missão a nível nacional e internacional.

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Nunes da Fonseca,

Permita que na sua pessoa agradeça todo o apoio das Forças Armadas à Liga dos Combatentes, nomeadamente nesta cerimónia e na que nos dias 13 e 14 do corrente mês realizaremos em França e onde nos dá igualmente a honra da sua presença.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha, Dr. Raul Miguel de Castro,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha, Dr. Joaquim Ruivo,

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves,

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército, General Mendes Ferrão,

Exmo. Senhor Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henriques Gomes, em representação do CEMA,

Exmo. Senhor Comandante-geral da GNR, Tenente-general Rui Veloso,

Exmo. Sr. Diretor Nacional da PSP, Superintendente-chefe Barros Correia,

Exmos. Senhores Almirantes, Generais, Secretário-geral e Diretores Gerais da Defesa Nacional,

Excelência Reverendíssima Administrador Apostólico das Forças Armadas e Forças de Segurança,
D. Rui Valério,
Exmos. Senhores Embaixadores e Adidos de Defesa de países amigos,

Ilustres membros da significativa delegação francesa, que pela primeira vez, desde a chegada do soldado desconhecido à Batalha, temos a honra e o prazer de receber, com tão importante representatividade política, da região de Hauts-de-France, precisamente onde se bateu o Corpo Expedicionário Português. Temos hoje connosco: Mme Mirelle Hingrez-céréda, 1.ª Vice-presidente do departamento de Pas-de-Calais; Mme Mady Dorchies, Conselheira Regional do Património e Dever de Memória da Região de Hauts-de-France; Cônsul Honorário de Portugal em Lille e decano do Corpo Consular de Hauts-de-France, Bruno Cavaco; Maire de La Couture, Raymont Gaquère; Maire de Richebourg, Jérôme Demullier; Maire de Ambleteuse, Stéphane Pinto; Maire d'Arques, Benoit Roussel; Pierre Lantoine, descendente do Cônsul de Arras Louis Lantoine, a quem se deve a transferência do Cristo das Trincheiras para a Batalha; 1.º Adjunto da Cidade de Roncq, António da Silva; Jornalista António Marrucho; e, ainda, os Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes de Richebourg, Senhor Marques, do Núcleo de Paris, Georges Viaud, bem como da Presidente do Núcleo de Lillers e Porta-guião, Aurore Roufflaers, neta de Felícia Pailleux.

C'est un immense honneur pour nous, votre présence.

Exmos. Membros do Conselho Supremo e Direção Central da Liga dos Combatentes e Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes,

Presidentes das Associações Congéneres/Entidades civis, militares e religiosas,

Caros Combatentes e familiares,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Em cerimónias como esta, vêm-nos à memória contrastes da vida real, numa contração do tempo, que a análise dos factos relativiza, vivifica e faz sobressair lições aprendidas. Parece que foi ontem. No fim do primeiro quartel do séc. XX, a Europa estava em Guerra, Portugal participava nela com um CEP e em Portugal eram dramáticas as conseqüências económicas, com os preços dos bens essenciais a triplicar em pouco tempo e os municípios a difundir editoriais, onde se podia ler que por motivo das dificuldades que asoberbavam o abastecimento do país e do preço elevado que atingiam os cereais, por causa da conflagração europeia, se criava e se racionava o que chamaram de pão fino e pão de família, ao mesmo tempo que se controlava a sua circulação com guias de trânsito, para controlar a sua distribuição.

Portugal e os Combatentes sofreram, mas estiveram com os vencedores e conservou-se a posse das então chamadas províncias ultramarinas. Já lá vão 106 anos.

Parece que foi ontem. Aos gritos, o povo português entoava "Angola é nossa". Tivemos 250.000 homens em armas durante treze anos. Já lá vão 63 anos. Angola é hoje um país independente.

Parece que foi ontem. Aos gritos o povo português cantava "Grândola Vila Morena" e gritava "Liberdade". Já lá vão 50 anos. Portugal é hoje um país democrático e comemora este ano, o cinquentenário do 25 de abril. Entretanto, não parece que foi ontem, porque acontece hoje, tal como aconteceu anteriormente.

De facto, tal como no final do primeiro e segundo quartel do séc. XX, a Europa, no final do primeiro quartel séc. XXI, está novamente em guerra. Portugal, como medida preventiva, e no âmbito da NATO, empenhou elementos das Forças Armadas, no leste da Europa, nomeadamente uma Companhia de Atiradores e um Pelotão de Carros de Combate, bem como um Destacamento da Defesa Aérea e um Destacamento de Fuzileiros.

As consequências económicas, tal como aconteceu na Primeira Guerra Mundial são evidentes, conhecidas e sentidas pelos portugueses. A insegurança e instabilidade na Europa são realidades para longo prazo. Não vivemos nem numa ilha, nem jamais num “lugar à beira mar plantado”. A evolução tecnológica dos meios militares, transformaram distâncias estratégicas e cibernéticas, em distâncias táticas, potencializando ameaças, onde sobressai, entre outros, o vetor aéreo. Não só em Portugal, mas em toda a Europa, face às lições recentemente aprendidas, os governos deveriam quanto a nós, proporcionar às suas Forças Armadas, em permanência, a possibilidade de execução de um Plano Estratégico de Emergência, subordinado a cinco preocupações estratégicas de defesa, plano que denomino de Plano R: Reorganização Reformista/Recrutamento/Retenção e Remuneração/Reequipamento Terra, Mar e Ar/Remuniciamento Terra, Mar e Ar.

Só a adoção política e a execução pelas Forças Armadas de um adequado, realista e coordenado Plano R, de longo prazo, onde a interoperabilidade deverá encontrar solução, poderá vir a garantir dissuasão a nível nacional e europeu e a conseqüente tranquilidade para os nossos netos e bisnetos. É evidente a necessidade de reforço do pilar europeu da OTAN, no ano do seu 75.º aniversário, onde Portugal como seu fundador deve poder melhorar o seu contributo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em todos os momentos difíceis da vida nacional, que atrás referi, momentos importantes da História de Portugal, houve uma parte do povo português que foi ator decisivo no desenrolar dos acontecimentos. Uma parte desse povo deu a vida, ao escrever essa História. A outra parte sobreviveu, regressou e raramente, ou tardiamente, recebeu os reconhecimentos morais e materiais devidos. Foram soldados de Portugal, essas duas partes do povo português, os atores decisivos nos momentos difíceis da sua História. Por isso, há precisamente cem anos que as consequências da Grande Guerra, davam origem a cem anos de solidariedade e apoio mútuo, entre Combatentes portugueses, nos conflitos armados dos séc. XX e XXI.

Nascia, oficialmente, a 29 de janeiro de 1924, há precisamente cem anos, a obra patriótica e humanitária Liga dos Combatentes da Grande Guerra, hoje Liga dos Combatentes, que garantindo apoio aos Combatentes da Grande Guerra, o vem garantindo aos Combatentes da Guerra do Ultramar e das Missões de Paz e Humanitárias e suas famílias, no apoio social, apoio à saúde, à cultura, bem como na promoção da história, dos símbolos nacionais, dos valores e defesa dos direitos humanos, da solidariedade e do apoio mútuo, da segurança e da paz.

Ao período do seu nascimento, seguiu-se um período de constrangimento que só o 25 de abril, que agora comemoramos, viria a por termo. Em ano de comemoração do 50.º aniversário do 25 de abril de 1974 é oportuno recordar o impacto deste histórico acontecimento nacional na Liga dos Combatentes. Durante a vigência do Estado Novo, a Liga dos Combatentes viu condicionada a sua administração e ação, conforme determinado pela portaria n.º 7826, de 18 de maio de 1934, na qual é aplicado um controlo direto do Estado sobre a Instituição, suspendendo as práticas

democráticas e eletivas internas e substituição das direções, por nomeações governamentais diretas.

Com o 25 de abril de 1974, tal como no restante país, a Liga dos Combatentes inicia um processo de democratização dos seus órgãos e da sua ação. Com o despacho do Ministro de Defesa Nacional, General Firmino Miguel, em 5 de junho de 1974, é nomeado o General Almeida Viana, constando da sua missão a eventual alteração dos estatutos. Em dezembro do mesmo ano, apresenta a proposta de calendarização e, em março de 1975, realizam-se eleições para os corpos diretivos dos Núcleos, em abril de 1975 a Assembleia-geral para discussão e aprovação dos estatutos e, em julho de 1976, a Assembleia-geral elege, por aclamação, após dois anos de trabalho, como Presidente da Liga dos Combatentes, o General Almeida Viana.

Inicia-se a Fase de Adaptação da ação da Liga dos Combatentes ao novo regime democrático. Além da transição democrática verificou-se extinção do Movimento Nacional Feminino em 17 de junho de 1974 e a sua integração na estrutura da Liga dos Combatentes onde é criado o Serviço de Aerogramas e o Serviço de Apoio a Combatentes e Famílias até ao termo efetivo da Guerra do Ultramar em novembro de 1975.

Igualmente, é integrada na Liga dos Combatentes, em 30 de julho de 1976, por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, a União dos Inválidos de Guerra, criada após a Grande Guerra.

Hoje, 50 anos passados sob o momento histórico e decisivo da História de Portugal, que face à descolonização viu as suas fronteiras geográficas voltarem às fronteiras de D. Diniz, é fácil constatar que as fronteiras sentimentais, humanas e de relacionamento especial, se mantêm e desenvolvem entre Portugal e os restantes países de língua oficial portuguesa. E a Liga dos Combatentes, na linha de orientação política nacional, e no cumprimento dos seus próprios estatutos, aprofunda esses conceitos e procedimentos.

Acabámos de, em novembro passado, no âmbito do nosso centenário, realizar um Congresso Internacional subordinado ao tema “Promoção da História e do Apoio Social e à Saúde aos Combatentes e suas famílias”, onde participaram Associações de Combatentes de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

Isto, depois de nos últimos 15 anos, termos estado na Guiné, Moçambique, S. Tomé, Cabo Verde e Timor, no âmbito do Programa Estratégico e Estruturante Conservação das Memórias, na dignificação de lugares onde se encontram inumados Combatentes portugueses.

Estamos agora em Angola, com a mesma finalidade, na Operação Embondeiro, numa primeira fase, dignificando os cemitérios de Luanda.

Igualmente, acaba de regressar de Timor-Leste, uma delegação da Direção Central da Liga dos Combatentes que, tendo em vista aprofundar conclusões do recente Congresso Internacional, ali se deslocou a convite do Conselho Nacional da Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste para a adoção de medidas concretas no nosso relacionamento, em especial no âmbito da saúde, tendo sido extraordinariamente bem-recebida.

Exemplos concretos de que as nossas fronteiras humanas e espirituais, que ligam hoje países independentes, continuam bem profundas, num verdadeiro e salutar Império da Alma.

Cabe a nós portuguesas mantê-lo e fortificá-lo, e à Liga dos Combatentes contribuir, cumprindo a alínea b) do Art. 2.º do seu estatuto que recomenda: "Promover o prestígio de Portugal, designadamente através de ações de intercâmbio com associações congéneres estrangeiras". E, é ainda nesse âmbito, de intercâmbio internacional, que hoje recebemos os nossos amigos e parceiros franceses da Região de Hauts-de-France, a quem dirijo algumas palavras.

Permettez-moi de faire une référence particulière à tous les éléments de la Délégation des Hauts de France, en cette journée nationale des combattants et en cette année du centenaire de l'officialisation de la Ligue des Combattants, ainsi que du 50ème anniversaire du 25 avril et de l'année de reconnaissance du cimetière de Richebourg, comme site du patrimoine mondial de l'humanité par l'UNESCO.

Chacun entretient une relation sentimentale très particulière avec les événements de la Grande Guerre, qui se sont déroulés dans l'espace où ils vivent aujourd'hui et que certains gèrent, connaissant son histoire et ses habitants, à savoir la présence du Portugal et de ses forces armées qui y ont combattu en 1917 et 1918 pour la liberté de la France, où certains sont tombés et d'autres ont trouvé des raisons d'y rester pour le reste de leur vie.

Sont également partenaires permanents des cérémonies que la Ligue des Combattants organise annuellement avec le soutien des Forces Armées à Richebourg, La Couture, Boulogne Sur Maire et Ambleteuse. C'est un honneur pour la Ligue des Combattants de vous accueillir et de marquer un autre moment de partager des souvenirs communs.

Les 13 et 14 avril nous serons en France avec le même objectif qu'aujourd'hui.

Meus senhores e Minhas senhoras,

No final da cerimónia na Sala do Capítulo, teremos duas exposições evocando Memórias. Uma dedicada ao 25 de abril, outra dedicada ao Cônsul de Arras Louis Lantoine que, nas consequências da Grande Guerra, esteve envolvido na organização do Cemitério de Richebourg, na construção do monumento de La Couture e na trasladação do Cristo das Trincheiras para Portugal. A exposição é inspirada num trabalho de investigação da nossa Presidente e Porta-guião do Núcleo de Lillers, Madame Aurore Roufflers, aqui, hoje, presente.

Minhas senhoras e meus senhores,

Caros Combatentes, Porta-guiões e Forças em parada para vós, o agradecimento sentido da Liga dos Combatentes.

Termino com o nosso Grito:

Liga dos Combatentes?! Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes?! Em todas as Frentes!

Viva a Liga dos Combatentes... Viva Portugal.

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Inauguração de um Monumento aos Combatentes

Fronteira

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

6 de abril de 2024

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Fronteira Dr. Rogério Silva

Entidades civis, militares e religiosas

Exmo. Senhor Presidente do Núcleo de Estremoz

Minhas senhoras e meus senhores

Caros Combatentes

Nesta efeméride, aqui vivida no ano em que se evoca o centenário da oficialização da Liga dos Combatentes, conjugando em harmonia, recordação, homenagem e reconhecimento, saúdo as autoridades civis, militares e religiosas que, por esta forma participativa, afirmam solidariedade e consideração pelos combatentes de Fronteira por Portugal.

É com satisfação que me constituo em parte integrante do marcante regozijo coletivo pela inauguração do monumento aos combatentes de Fronteira, que neste histórico dia 6 de abril, colheu especial oportunidade para ser inaugurado, constituindo -se doravante, em monumento e farol de memória para a nossa geração e uma referência na história, para as gerações futuras.

De forma particularmente grata, a Liga dos Combatentes manifesta publicamente ao senhor Presidente da Câmara de Fronteira Dr. Rogério Silva o seu reconhecimento por esta sua iniciativa. Com afeto, com reconhecimento e com respeito devidos ao homem e ao cidadão Combatente, deste histórico município, bem como às suas famílias, revive-se hoje mais um pouco da História de todos nós, sobretudo daqueles que para a escreverem, deram de si o melhor, ou a própria vida, calcando o chão bem forte e obreiros da própria sorte.

Em Fronteira, ao homenagearmos hoje os combatentes deste concelho que se bateram na guerra do ultramar, jamais podemos esquecer aqueles combatentes por Portugal, que precisamente nesta data, há 640 anos, se bateram em Atoleiros contribuindo decisivamente para a garantia da independência de Portugal, confirmada mais tarde em Aljubarrota, sob comando do Combatente, Militar e Santo D. Nuno Álvares Pereira.

A vila de Fronteira tornou-se assim, num lugar de referência permanente sob o ponto de vista da história e da estratégia militar, pela forma inovadora como foi conduzida a batalha e atingida a vitória.

Em momentos como este, a Liga dos Combatentes, que nasceu há precisamente cem anos e viveu e ultrapassou todos os maus e bons momentos, por que passou a sociedade portuguesa, desde a Grande guerra, a II guerra mundial, a guerra do ultramar e hoje as missões de paz e humanitárias, reúne-se hoje aqui, com as entidades, as gentes e combatentes de fronteira, precisamente para evocar com este monumento, o Combatente de Fronteira por Portugal. Ato para nós justo e oportuno de ser distinguido, apesar de não evitar, por parte de alguns, emoções e sentimentos vários, críticos e descontextualizados.

Porque a liberdade de expressão hoje existe, não deixa de haver visões redutoras, escritas ou verbalmente expressas, sobre acontecimentos como o que hoje vivemos, contudo é nosso entendimento que cada vez mais, é necessário acentuar a importância que este tipo de cerimónias tem, na afirmação de um povo, da sua cultura, e desta Pátria nossa amada, que os Lusíadas epicamente descrevem e que Fronteira perfilha, e vem praticando ao longo dos anos, ao evocar esse momento histórico e decisivo de Atoleiros.

Os monumentos erguidos aos combatentes um pouco por todo o país, 103 da Grande Guerra e mais de 500 evocando a Guerras do Ultramar, constituem a recordação das gentes que neles se reveem e recordam os seus heróis, sejam eles, mais ou menos elaborados, mas todos eles um aerograma escrevendo memória, pela forma genuína que cada um entende, aos combatentes de todos os tempos, e em particular aos do século XX, saídos desta nobre vila de Fronteira.

Assim, os fronteirenses que com este monumento evocam e homenageiam por iniciativa do município, dos seus combatentes e da sua gente, como ocorre em todo o país profundo, nada fazendo parar esse sentimento e necessidade de homenagear os seus, pelo reconhecimento da participação tida ao serviço das Forças Armadas, em momentos de conflito aberto, narram muitas memórias, por forma espontânea e natural, momento ao qual a Liga dos Combatentes com empenho se associa, através do Núcleo de Estremoz, empenho esse reforçado hoje, com a minha presença.

Estão aqui presentes, espiritual ou fisicamente, todos os combatentes e os de Fronteira, vivos e mortos, que generosamente empenharam a sua vida por um mundo livre e mais justo, oferecendo-se, por todos nós, para que a Paz fosse a vencedora das batalhas travadas.

E não esquecemos os que noutras pelejas e lugares lutaram e lutam ao serviço da Pátria e os que ainda hoje, nas operações de Paz e humanitárias, cumprem Portugal, onde Portugal os envia.

E nós com experiência de tempos de guerra vivida, voltamos a sentir que os ventos da História recomendam ações imediatas, no âmbito da Defesa Nacional, que garantam a possibilidade de uma resposta condigna aos riscos, desafios e ameaças que surgem no espaço europeu e onde os seus dirigentes repousaram demais no conceito de paz eterna.

Portugal não é uma ilha e está cada vez menos afastado da insegurança que percorre a Europa. A situação a que chegaram as Forças Armadas exige decisões políticas urgentes e que evitem a necessidade de “novos milagres” como sucedeu na sua participação na Grande Guerra.

Herdámos dos nossos antepassados, longínquos e próximos, a prática do dever do respeito, da preservação da memória devida, na vida e na morte, aos nossos bravos.

Temos a obrigação moral, de não voltar a dar missões impossíveis de cumprir aos nossos combatentes, ou que ao serem tentadas ser cumpridas, exigiriam sacrifícios humanos dramáticos, por falta de meios humanos e materiais disponíveis.

Hoje, em Fronteira volta a ser reforçado “um tempo feito de vários tempos e modos” que para sempre marcou a vida de cerca de um milhão de jovens, saídos de suas terras para atravessarem os mares e viverem e morrerem noutra continente, alguns regressarem com traços indeléveis na sua saúde e outros mais fortes e mais homens, ao ultrapassarem incólumes os infernos.

No nosso tempo, a nossa atitude para com os nossos ancestrais é de reconhecimento, mas também de admiração, porque todo o Combatente sabe que em todas as batalhas há vencedores e vencidos, e o simples facto de as enfrentar, na incerteza do desfecho, já revela caráter e grandeza, ao mesmo tempo que está consciente de que conquistado o triunfo, este nunca lhe pertence, torna-se património da Pátria e da humanidade e chama-se Paz. Pelo contrário, se não conseguir a vitória será apontado como o responsável pela derrota.

Sabemos bem que a Grande Guerra, foi um fenómeno mundial dramático que mudou o mundo e onde Portugal esteve envolvido na defesa da Liberdade e da conquista da Paz.

Seguiu-se a segunda guerra mundial que determinou o envio de forças militares expedicionárias, pelos cantos do então mundo português.

A guerra do Ultramar, constituiu uma epopeia recente e que marcou gerações de portugueses que cumpriram ordens e denodadamente lutaram, sem saberem que o fim dos Impérios estava traçado após a conferência de Bandung, realizada em abril de 1955, há precisamente 69 anos, na Indonésia com 29 países asiáticos e africanos, mapeando uma nova verdade geopolítica denominada, terceiro mundo e originando uma profunda e progressiva mudança estratégica mundial.

Não obstante os avisados ventos de mudança que varriam os impérios, desde aquele ano de 1955, lutámos no além-mar e foi com homens, meninos e moços de sua mãe, que com dignidade, sacrifício, coragem e com valentia que se lutou por Portugal.

Hoje, a guerra voltou à Europa e embora esteja localizada, exigiu já medidas militares por parte dos países europeus, tendo Portugal, entre outras ações, ter enviado uma Companhia e um pelotão de Um pelotão Carros de Combate para o Leste da Europa. Hoje, duzentos anos depois, Portugal é considerado como país hostil por outro país europeu. A recordação e análise destes factos históricos tornam imperativo evocar e enaltecer a gesta generosamente escrita, ao longo dos tempos, por esses bravos soldados filhos de Fronteira, sendo justificado que ao inaugurarmos este monumento, ergamos ao Céu e ao Deus em que cada um de nós acredita, uma prece silenciosa, por eles.

Para nós, o ontem não se esquece e não se apaga. Revive-se. E por isso, nomeamos cada um dos Combatentes e Fronteira, com um grito interior de “presentes”, numa viagem ao passado, de meninos e moços empunhando armas.

Na nossa juventude, cada vez mais distante, Portugal foi-nos chamar onde cada um de nós estava: aos campos, aos escritórios, às fábricas, às escolas.

Pediú-nos que interrompêssemos os nossos sonhos, largássemos as nossas famílias e os nossos amigos, adiássemos casamentos, abandonássemos o mundo em que tínhamos nascido e crescido. Portugal pediu-nos tudo o que lhe podíamos dar.

E nós que lhe respondemos com o nosso sim, demos tudo com generosidade, em conformidade com o juramento um dia feito.

Partimos jovens. Fomos e aprendemos a combater.

Estivemos em terras que quase não sabíamos que existiam, em lugares remotos onde certamente muitos de nós nunca mais voltarão. Fomos combatentes em condições tão diferentes de tudo o que conhecíamos e experimentámos a guerra.

Os que dela regressaram, regressaram precocemente envelhecidos pelas experiências vividas e nenhum regressou igual, nem física nem psicologicamente, mas ainda hoje permanecemos combatentes, orgulhosamente combatentes por Portugal. Por isso odiamos a guerra e defendemos a paz.

Não podemos eixar de referir, de acordo com o sentimento generalizado dos combatentes, que os governos da Nação esqueceram durante muitos anos quase totalmente os seus combatentes e assim se têm comportado, se tomarmos por referência 1914 e a Grande Guerra, vivida em Africa e em França, e a Guerra do Ultramar.

Embora o recente Estatuto do Combatente, tenha obtido acolhimento do governo, 46 anos depois do fim da guerra e de forma tímida, com promessa de constituir um primeiro passo legislativo.

É notório o diminuto apoio social e à saúde que dispensou aos seus filhos, tantos anos após o regresso de além-mar onde desdenhámos o conforto, sentimos na alma e no corpo a guerra e convivemos com a confusão que ela gera.

O Estatuto quedou-se distante do proposto pela Liga dos Combatentes ao governo. Estatuto, onde falta aprofundar e dotar financeiramente a solidariedade devida aos que vivem sobretudo a idade de ouro...ou a do outono da vida.

A Liga dos Combatentes fez propostas públicas ao governo e Assembleia da Republica, de revisão do Estatuto em 2021, em 2022, e em 2023 e voltará a fazê-lo, em 2024, esperamos com êxito, ao próximo governo.

Termino voltando a sublinhar a importância histórica do lugar onde nos encontramos, lugar testemunha de um dos mais decisivos feitos militares da nossa história, como povo que quis ser independente e livre.

E porque a memória se conservou até hoje, quer pelos habitantes da região, quer pelas forças armadas, foi possível, ver, em janeiro de 2023, oficialmente reconhecido e classificado o Terreiro da Batalha dos Atoleiros como sítio de interesse nacional, sendo-lhe atribuída a designação de monumento nacional.

Fica assim mais salvaguardada a memória material e simbólica da Batalha dos Atoleiros, que em 1384 teve lugar entre Portugal e Castela.

Com o nosso monumento fica salvaguardada a memória, de forma material e simbólica, dos Combatentes por Portugal, em especial aqueles que se bateram no ultramar.

Termino agradecendo mais uma vez a todos os que por qualquer forma permitiram termos hoje esta realização e esta significativa cerimónia.

Vivam as gentes de Fronteira.

Vivam os combatentes de Fronteira.

Viva a Liga dos Combatentes

Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

Forte do Bom Sucesso, Lisboa, Belém

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

29 de maio de 2024

Exma. Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional Dr.ª Ana Isabel Xavier, em representação de Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional

Permita que em meu nome pessoal e da Liga dos Combatentes agradeça a V.ª Ex.ª o ter-se dignado presidir a esta significativa cerimónia de homenagem aos Combatentes das Missões de Paz e Humanitárias, em representação de Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional.

Igualmente transmitir-lhe publicamente a esperança e o reconhecimento por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional ter considerado na sua agenda de trabalho ministerial, os apoios aos Antigos Combatentes, como uma das suas duas áreas prioritárias de trabalho. Esperamos de V.ª Ex.ª todo o apoio para que finalmente o apoio à saúde e o apoio social dos Antigos Combatentes e famílias e outras medidas, sejam finalmente uma realidade, de acordo com propostas já apresentadas pela Liga dos Combatentes, para revisão do Estatuto dos Antigos Combatentes.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Dr. Pedro Pessanha, muito obrigado por se dignar estar presente nesta cerimónia. Sabemos do seu interesse e compreensão pela resolução dos problemas referentes ao apoio social e apoio à saúde dos Combatentes. Assuntos não contemplados no atual Estatuto. Esperamos que na Assembleia da República, em coordenação com o governo, o próximo orçamento de Estado possa comportar já medidas que concorram para a justiça que é devida aos Antigos Combatentes e que constam de propostas da Liga dos Combatentes.

Exmo. Senhor General Mendes Ferrão Ilustre Chefe do Estado-Maior do Exército
Meu general

Em meu nome pessoal e da Liga dos Combatentes agradeço a presença de V.ª Ex.ª e igualmente todo o apoio que o Exército e as Forças Armadas vêm prestando à Liga dos Combatentes, nomeadamente a esta significativa Cerimónia.

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém Dr. Fernando Rosa

Exmo. Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil Brigadeiro General Duarte Costa

Exmo. Senhor Comandante-geral da GNR, Tenente-general Rui Veloso e Superintendente-chefe Luís Carrilho, Diretor Nacional da PSP

Apresento a V.ªs Ex.ªs, o nosso profundo agradecimento pela vossa presença nesta cerimónia e a participação da GNR e PSP nas Forças que hoje, em formatura, com representantes dos três ramos das FA, prestam homenagem aos militares e agentes que serviram e servem Portugal, nas Missões de Paz.

Sua Alteza Real D. Duarte de Bragança, Conde de Ourém

Exmo. Senhor General 2.º Comandante Operacional das FA, Vice-almirante Nobre de Sousa, em representação do General CEMGFA

Exmos. Senhores Vice-chefe de Estado-Maior da Armada e da Força Aérea, em representação dos senhores Almirante CEMA e General CEMFA

Exmos. Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais da Defesa Nacional, nomeadamente Senhor Secretário-geral, Inspetor-geral e Diretor-geral de Recursos, representante do Diretor-geral de Política de Defesa Nacional, Polícia Judiciária Militar e Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar

Comandantes do IUM, do Pessoal e das FT do Exército

Exmo. Senhor Tenente-general Marco Serronha, os nossos agradecimentos por ter aceite fazer uma intervenção alusiva a esta efeméride

Exmos. Senhores Adidos de Defesa de Países amigos, Brasil, EUA e Moçambique

Exmos. Senhor Presidente do Conselho Supremo da LC, Professor Dr. Aires de Sousa e membros do Conselho Supremo, General Pina Monteiro, Tenentes-generais Sousa Rodrigues e Campos Serafino, Batista Pereira e Contra-almirante Leiria Pinto.

Exmo. Senhor Presidente do Observatório Internacional de Direitos do Homem Dr. Luís Andrade

Exmos. Diretores do Museu Militar e do Museu do Ar

Exmos. Membros da Direção Central e do Conselho Fiscal da Liga dos Combatentes

Exmos. Senhores Presidentes de Núcleos da LC e de Associações congéneres (ADFA, SHIP, ACUP, APCA, Sargentos, Praças, Fuzileiros e Operações Especiais)

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus senhores

Caros Combatentes e Famílias

Num momento em que no discurso internacional, o tema dominante é a guerra, em especial na Europa, assistindo-se a intervenções políticas, leste oeste, criadoras de insegurança e instabilidade continental, com a hipótese de alargamento da guerra que ocorre entre dois países europeus não pertencentes à UE, nem à Nato, ao restante espaço europeu, pareceria de menor interesse reunirmo-nos para evocarmos as Missões de Paz em que as nossas Forças Armadas e Forças de Segurança estiveram e estão empenhadas no mundo.

Pelo contrário, consideramos do maior interesse fazê-lo, já que para além do seu interesse humanitário e de promoção da Paz, o ocidente está, neste momento, desenhando na Europa, a maior Operação de Apoio à Paz e Humanitária desde que este complexo conceito foi implementado, prevenindo a guerra.

Conceito evolutivo, surgido como modo peculiar de resolver conflitos, após a II Guerra mundial, embora durante a guerra fria, fossem poucas as possibilidades de se autorizar uma intervenção multilateral.

Conceito extremamente dinâmico, não inscrito na Carta da ONU, mas resultante de ajustes e adaptações de acordo com os casos particulares que iam ocorrendo, exigindo novas adaptações, quer no modo de decisão quer no modo de ação.

De facto, com o aparecimento da guerra fria bipolar, houve que multilateralmente ultrapassar duas grandes potências que se digladiavam, mesmo no Conselho de Segurança (CS), utilizando o seu poder de veto.

A modalidade encontrada para dar viabilidade à segurança coletiva, foi a criação de uma prática multilateral de natureza mista de soluções pacíficas e medidas coercivas. Conceito situado entre o capítulo VI e o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O período pós bipolar caracterizou-se, pois, pelo descongelamento do processo decisório do Conselho de Segurança, abrindo uma série de possibilidades para o sistema de segurança coletiva da ONU, em circunstâncias diversas, desde as intervenções humanitárias, incluindo a proteção a grupos de indivíduos vitimados por agressões dos próprios estados, à reconstrução de estados falidos ou à defesa dos direitos humanos, entre outros.

Ultrapassada a primeira missão, nos anos 50, do século passado, para gerir a crise do Suez, e a operação dos EUA no Líbano, seguir-se-ia um período de dez anos, sem missões de apoio à paz, até que em 1988, já em distensão da guerra fria, surge uma nova geração de Operações de Paz com a acumulação de diversas funções mais complexas, englobando diversas funções civis, policiais e militares.

Com estas características surgia a primeira United United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan (UNGOMAP) para observar a saída da URSS do Afeganistão, a qual, com a política de Micahel Gorbachev, conduzia ao ocaso da guerra fria.

Segue-se o Irão-Iraque em 1989 a UNIMOG, e depois a complexa e variada missão da Namíbia, também em 1989, a UNTAG e a quarta e menos complexa missão desta segunda geração de missões de paz, a desenvolvida para observação dos acordos de paz da América Central a ONUCA.

A década de noventa traria, porém, mais complexidade, já que o seu conceito admitiria o emprego da força sempre que estivessem em causa os direitos humanos.

A guerra do Golfo, em 1991, viabilizou a aprovação multilateral no Conselho de Segurança, o uso da força, para impedir a invasão do Koweit por parte do Iraque. Mais tarde, seria considerada a violação dos direitos humanos, dos curdos por parte dos sunitas, como uma ameaça à paz internacional, situação em que o sistema de segurança da ONU permitiu o uso da força.

Surgia então a resolução 688 da ONU (1991), criadora de zonas de segurança, e um marco histórico das intervenções humanitárias do pós-guerra fria, isto é, a securitização dos direitos humanos, mesmo os de origem doméstica, como uma ameaça ao direito internacional e logo, justificando o emprego da força. A atuação por meios pacíficos na Somália através da United Nations Operation in Somália em 1992 a UNINOS, deu, face ao agravamento da Guerra Civil, rapidamente origem a uma Unified Task Force (UNITAF) autorizada pelo CS, a usar a força para assegurar o provimento da ajuda humanitária, seguida da UNOSOM II autorizada igualmente para continuar a utilizar a força para assegurar a ajuda humanitária à população da Somália. Parecia que, ao nível da ONU, a soberania dos estados teria chegado ao fim, desde que estivessem em perigo os direitos humanos.

A morte, porém, de 18 soldados americanos em 1993, viria a colocar a questão de pensar se seria lógico os estados nacionais, em democracia, colocarem em risco os seus soldados, para salvar estrangeiros.

A década de noventa viria a confrontar a ONU com inúmeras situações a que, logicamente, teria que acorrer, colocando-se-lhe problemas orçamentais e mudanças relativas às interpretações da importância dos conflitos, que se tornaram múltiplos e justificaram algumas falhas e ausências atempadas da ONU; nomeadamente na Bósnia Herzegovina, Haiti, Ruanda, Timor-Leste e Kosovo, aqui sem acompanhamento de missões de Paz da ONU.

De facto, logo a seguir à Somália surge a dissolução da Jugoslávia, o genocídio do Ruanda, as independências da Croácia e da Eslovénia, constituindo-se a United Nations Protection Force (UNPROFOR) com autorização do CS, para redesenhar as fronteiras das antigas províncias da Jugoslávia e que viria mais tarde a apoiar militarmente e logisticamente a operação de auxílio humanitário United Nations High Commissioner in Refugees (UNCHR).

Os graves problemas que a ONU enfrentou com o aumento da complexidade, militar, policial e civil, após a criação destas ações multilaterais, nomeadamente nesta década de noventa, permitiu uma análise do fenómeno e a sua teorização.

É assim que em 2005, Roland Paris, teoriza as diversas Missões ou Operações de Paz face à complexidade que foram atingindo na ONU, em cinco Categorias: Diplomacia preventiva, (preventive diplomacie) que visa impedir a escalada de um conflito; operações de manutenção da paz (peace keeping) caracterizadas por um conjunto de tropas ligeiramente armadas, só para autodefesa e que observam o cessar-fogo posterior a um tratado de paz. Conceito que deu origem à doutrina clássica da ONU; estabelecimento da paz (peace making) que visa o atingir a paz por meios diplomáticos e pacíficos; a imposição da paz (peace enforcement) que procura a solução do conflito por meios coercivos e, finalmente, as operações de Construção da Paz que consiste na reconstrução das sociedades depois de um conflito armado.

Todas estas ações ocorreram num período de guerra fria e pós-guerra fria, aparecendo a ONU como sentinela do mundo, por vezes reagindo de acordo com afinidades históricas, geográficas e outras não intervindo mesmo estando em causa, impedir genocídios ou graves crises humanitárias.

O vínculo que se estabeleceu entre Operações de Paz, Intervenções Humanitárias e a Segurança Internacional, voltou a trazer ao de cima, a filosofia e a doutrina da Guerra Justa (jus ad bellum), ou seja o pensamento e conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável. Embora nesta doutrina, os mesmos critérios morais conduzam a juízos diferentes, em diferentes casos, e debruçando-se fundamentalmente, sobre a prevenção da guerra.

Em todas as situações descritas, na era moderna, não nos surge qualquer declaração de guerra, pelo que desde 1950 as declarações de Jus ad bellum caíram drasticamente, quer com a dissuasão, quer com a situação reforçada pela frequência das ações de terrorismo, onde os atores são não estatais.

Nos dias que correm, acontece que as missões de paz convivem hoje no mundo, com situações de guerra aberta não declarada entre estados, e até com nomes especiais, nomeadamente na Europa, não pertencendo esses estados, às organizações internacionais europeias e, por outro lado, sendo um deles, condicionador das decisões do CS, através do direito de veto.

As guerras Rússia-Ucrânia e Israel-HAMAS marcarão certamente uma viragem do entendimento geoestratégico, e uma nova fase, relativamente da segurança internacional e à decisão da necessidade de revisão da posição e poder de decisão, da ONU, no concerto das nações.

Como afirmei inicialmente enquanto a ONU e os estados europeus e seus aliados, reagem à guerra no Leste da Europa, desenvolvendo um conjunto de ações inerentes aos seus acordos, mas neles se visualizando o desenvolvimento de uma significativa e preventiva Missão de Paz, visando a sua segurança, apoiam um dos lados do conflito violento, e enfrentam uma situação de guerra que consideram injusta, são confrontados com discursos ameaçadores que procuram condicionar a sua ação e conseqüentemente a vida dos europeus.

Os perigos, riscos e ameaças violentas de alargamento geográfico do conflito, são possíveis, têm verosimilhança, embora de momento com baixo grau de probabilidade, aumentando, com o eventual desenrolar da guerra, a favor do atacante.

Provocam, porém, elevados graus de instabilidade, insegurança, e condicionamentos que devem ser motivadores de reações preventivas governamentais europeias e nacionais, imprescindíveis, desde já, no âmbito da mentalização e prevenção, revendo conceitos, e adequando meios humanos e materiais civis e militares.

Prevenção, sobretudo quando as condições para enfrentar tais situações sendo mínimas, são difíceis de melhorar em tempo útil, uma vez alterada perigosamente a probabilidade das ameaças. Algumas ameaças indiretas não violentas a Portugal tomam já sinais de agressão aos nossos interesses estratégicos, com penetração evidente nas nossas alianças e tratados com países amigos da nossa esfera de influência e merecem especial atenção diplomática e estratégica.

Nesta fase importará, pois, em termos nacionais, e em coordenação com os nossos aliados, garantir um mínimo de meios de defesa e dissuasão, face aos meios conhecidos do opositor, e dispor de um mínimo de capacidades e utilidade, para com esses aliados.

Importante, pois, que o governo esteja atento e valorize, todas as recomendações que vêm sendo feitas pelos quatro Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas.

Termino sublinhando e reconhecendo o extraordinário empenho e desempenho das Forças Armadas nas Missões de Paz, internacionalmente reconhecido como excelente, e a resposta já dada relativamente à situação no Leste da Europa.

Jamais nos esqueceremos e hoje, mais uma vez homenageamos os militares das FA e os membros das Forças de Segurança, caídos nas Missões de Paz, ao serviço da ONU, da NATO e da UE. Eles honraram a Pátria e a Pátria os contempla.

Que a Paz seja o permanente objetivo, a atingir por fortes e fracos e, se a solução para a atingir, for o milagre da dissuasão, preparemo-nos a todo o custo para a garantir.

Vivam as Forças em Missões de Paz, no 65.º aniversário
Viva a Liga dos Combatentes
Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Inauguração do Pólo Museológico do Núcleo de Santarém

Santarém

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

10 de outubro de 2024

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional,
Excelência,

Permita que agradeça a sua presença, mais uma vez, numa cerimónia da Liga dos Combatentes.

Hoje em espaços municipais que lhe recordam a sua juventude no cumprimento das suas obrigações militares, na então Escola Prática de Cavalaria (EPC).

Hoje, entre cidadãos-soldados que foram Combatentes por Portugal.

Hoje, numa Instituição Patriótica e Humanitária que preserva a História, a Memória e garante apoio a Combatentes e famílias.

Gostaria de sublinhar a distinção e atenção que V. Ex.^ª vem dedicando aos assuntos dos Combatentes, à Liga dos Combatentes, única instituição sob tutela do Ministro da Defesa Nacional, e ao seu Presidente.

A nossa permanência no cargo permite-nos fazer comparações.

Agradeço, pois, a V. Ex.^ª em nome de todos membros da Liga dos Combatentes a distinção que nos confere e as decisões que já tomou, nomeadamente a garantia da gratuitidade dos medicamentos, com a publicação do Decreto-Lei 61/2024, medida pela qual lutávamos há décadas.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Teixeira Leite, os nossos agradecimentos pelo apoio que vem dispensando ao Núcleo da Liga dos Combatentes, nomeadamente para a concretização da cerimónia a que hoje assistimos,

Exmo. Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército, um agradecimento muito especial por se ter dedicado ter estado hoje connosco e todo o apoio que o Exército e V. Ex.^ª tem dado à Liga dos Combatentes e causa dos Combatentes,

Exmo. Senhor Presidente da União de Freguesias, Diamantino Duarte,
Excelência Reverendíssima Bispo de Santarém, D. Traquina,

Exmos. Senhores Oficiais, em representação do Exmo. General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Chefe do Estado Maior da Armada e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea,

Exmas. entidades civis, militares e da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Órgãos da Comunicação Social

Caros Combatentes,
Excelentíssimas famílias,

Permitam-me que comece por evocar o Estatuto da Liga dos Combatentes quando assinala como um dos nossos objetivos “criar e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e segurança social em benefício geral do país e dos seus associados”. No respeito desta finalidade criámos um Programa Estratégico e Estruturante «Cultura, Cidadania e Defesa». Na sequência deste desiderato tomamos várias medidas concretas, nomeadamente a criação do Museu do Combatente, em Belém, e o apoio aos inúmeros monumentos espalhados pelo país, entre outras. Mas, igualmente, na linha do que hoje nos traz aqui a difusão de uma Diretiva da Direção Central de 2020 que, tendo em vista o cumprimento daquele objetivo estatutário, determina a todos Núcleos a criação de um Núcleo Museológico e de uma Biblioteca, de acordo com a sua dimensão e possibilidades.

Aquilo a que assistimos hoje não é, pois, um ato isolado, mas a concretização no Núcleo de Santarém desse objetivo a que nos propusemos como doutrina nacional.

Acontece que as obras acontecem de acordo com a ambição, determinação e capacidade de fazer acontecer, de cada um dos 700 dirigentes de uma Instituição de voluntários espalhados pelo país e pelo estrangeiro. Estou orgulhoso do que conseguem fazer!

Aquilo a que assistimos hoje em Santarém é obra de ambição saudável, iniciativa, determinação e capacidade de fazer acontecer, em particular do Presidente do Núcleo da LC de Santarém, Sargento-mor Carlos Pombo e sua equipa.

Aqui estivemos os dois no meio de ruínas, espaço gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Santarém para a Sede do Núcleo já este século que importava, e nos propusemos recuperar e dignificar. Logo, o Sargento-mor Carlos Pombo assinalou-me a localização estratégica deste espaço em termos turísticos e que um Núcleo museológico aberto ao público seria uma forma de promover a nossa história, como nos determina o nosso Estatuto e divulgar a nossa imagem. Assim se pensou e assim ele foi desenvolvendo. Demorou anos. Passo a passo chegámos aqui. Com vários apoios, nomeadamente das Forças Armadas, com a cedência de algum material que aproveitamos para, mais uma vez, agradecer, mas sobretudo de uma equipa que congregou vontades, imaginou, recuperou o que parecia irrecuperável e nos permite hoje termos este sentimento de mais uma missão cumprida. As minhas saudações pessoais e institucionais ao Núcleo de Santarém e ao seu Presidente, Sargento-mor Carlos Pombo.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Há algo extraordinariamente importante para os Combatentes que não deixarei de assinalar em qualquer circunstância enquanto não for resolvido, pois tal como no caso dos medicamentos, que V. Ex.^a resolveu, há décadas que aguardam justiça no âmbito do apoio social.

Sabe V. Ex.^a que há algo mais que os Combatentes da Guerra do Ultramar ambicionam, por direito próprio e já constante de leis que necessitam de ser revistas. Trata-se de rever positivamente os complementos e suplementos especiais de pensão, constantes da Lei 3/2009 e a sua isenção de IRS, objetivo por que nos batemos há quinze anos.

V. Ex.^a conhece as propostas da Liga dos Combatentes e sabe que tem o apoio unânime de todos os Combatentes para que esse objetivo seja atingido, e conta connosco para lutarmos juntos para que isso aconteça.

É muito importante que seja dado o último passo desta maratona de paciência dos Combatentes e estes se reconciliem finalmente com o Estado.

Termino, agradecendo mais uma vez a V. Ex.^a, não só as palavras com que frequentemente se refere aos Antigos Combatentes, mas sobretudo as ações que já tomou para a resolução dos problemas que os afetam no âmbito da saúde.

Muito obrigado por estar connosco hoje, estar connosco no próximo dia 19 no Núcleo de Ribeirão, a 23 no Núcleo de Mourão e inauguração de Monumento aos Combatentes do concelho, bem como no dia 11 de novembro, em Belém, evocando o fim da Grande Guerra, o fim da Guerra do Ultramar e os 50 anos do 25 de abril e, como espero, em breve, na Sede da Liga dos Combatentes.

Desejo as maiores felicidades no desempenho do seu importante e difícil cargo.

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Inauguração de Monumento aos Combatentes de Mourão

Mourão

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

23 de outubro de 2024

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo
Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mourão, Dr. João Fortes
Exmo. senhor Brigadeiro-general Fernando Leitão em representação do Senhor General CEMGFA
Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Francisca Silva e Sousa
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia
Exmos. Senhores Presidentes dos Núcleos do Distrito de Évora
Senhor Presidente do Núcleo de Mourão da Liga dos Combatentes
Exmos. Convidados
Caros Combatentes de Mourão

Permita Senhor Ministro da Defesa Nacional que sublinhe a sua presença, mais uma vez, numa cerimónia evocando os Antigos Combatentes por Portugal. Continua, não só com palavras, mas com atitudes a prestigiar os cidadãos-soldados de Portugal.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Fortes, como Presidente da Liga dos Combatentes agradeço a V. Ex.ª a iniciativa de homenagear com este monumento os Combatentes desta vila que ao serviço das Forças Armadas foram indigitados para lutar pelos então considerados interesses nacionais de Portugal, nas guerras do ultramar.

Hoje Mourão, rodeado pelas águas do lago do Alqueva, vê abrirem-se horizontes de desenvolvimento económico proporcionado por este recurso natural.

Mas natural foi também, e é, a sua posição e estratégica que lhe permitiu inscrever o seu nome na rica História de Portugal, com as Batalhas de Mourão e 1477, no decorrer da Guerra de Sucessão de Castela e 180 anos depois, das guerras da Restauração em 1657. Mourão, terra de história e de Combatentes, vê com naturalidade a existência de um Núcleo da LC e o erguer de um Monumento aos que se bateram em momentos diferentes da História do seu país.

Tem em Mourão um Núcleo da LC. O Núcleo mais jovem na nossa Centenária Liga dos Combatentes. Isso significa que a Liga dos Combatentes continua a implantar-se por este Portugal profundo e o nosso Programa Estratégico e Estruturante «Passagem do Testemunho» está em pleno desenvolvimento.

É a primeira vez, após a sua criação, que se reuniram condições par me deslocar a Mourão, no distrito de Évora. E logo para esta significativa cerimónia.

Gostaria de salientar, porém, que neste distrito de Évora, a Liga dos Combatentes tem Núcleos em Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa, com quem Mourão se pode e deve interligar. Nomeadamente em Évora e Reguengos de Monsaraz os Combatentes de Mourão podem usufruir do apoio à sua saúde garantido nos CAMPS existentes naqueles Núcleos.

Por falar em saúde, permitam-me que hoje comece por destacar, desde já, algumas medidas tomadas recentemente, neste âmbito, e de grande relevância. É do conhecimento e vivência por parte dos Antigos Combatentes que o Estatuto do Antigo Combatente, publicado em 2020, 46 anos depois de terminada a guerra, se quedou no reconhecimento moral e esqueceu o reconhecimento material devido por direito aos Combatentes, quer no apoio à saúde, quer no apoio social. No que diz respeito à saúde quedou-se apenas pela dispensa de taxas moderadoras, benefício que foi extensível a todos cidadãos. E no apoio social, nada fez relativamente ao estabelecido na Lei 3/2009.

Hoje, o que nos apraz registar é a decisão recentemente tomada por este Governo, por proposta e iniciativa do senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno de Melo, ouvida a Liga dos Combatentes, no âmbito do apoio à saúde, nomeadamente a gratuidade de medicamentos para todos os Combatentes pensionistas, 50% em 2025, e total gratuidade a partir de 2026. Iguamente apoio com 90% para os Combatentes que necessitem de medicamentos psicofármacos, independentemente da idade. Aguarda-se a sua regulamentação.

Temos fundamentadas esperanças que o Senhor Ministro desenvolva idêntico esforço para que em breve seja revisto positivamente o estabelecido na Lei 3/2009 quanto ao complemento e suplemento especial de pensão, distribuído em outubro aos Combatentes que estiveram em zonas de guerra de elevada perigosidade.

Os Combatentes, embora continuem com esperança, estão por isso, na sua generalidade satisfeitos e agradecidos ao Senhor Ministro pela decisão tomada, só se interrogando, porque razão esta medida não foi tomada mais cedo por outros governos.

Gostaria ainda de salientar porque, normalmente, nestas visitas e nestas cerimónias, confraternizamos, e temos apoiado os sinais de reconhecimento local como o que aqui vivemos hoje, mas é raro termos notícias positivas do poder central para os Combatentes e famílias.

Para além da boa notícia já referida, gostaria de informar os membros da Liga dos Combatentes, que no dia 16 deste mês, a Liga dos Combatentes assinou um Protocolo com o Hospital das Forças Armadas, com a aprovação do Senhor General CEMGFA e do Senhor MDN, que permite o acesso dos membros da Liga dos Combatentes com as quotas em dia e o conhecimento do seu Núcleo, ao Hospital das Forças Armadas.

Esta é mais uma ambição de longa data da Liga dos Combatentes, interpretando a aspiração dos seus membros e que agora teve acolhimento.

Sinto-me por isso satisfeito, porque hoje, em Mourão, se evocam e homenageiam os cidadãos-soldados saídos desta histórica terra. Terra com história de séculos, marcada com duas significativas batalhas tendo a história recente levado cidadãos seus a servirem as Forças Armadas na Grande Guerra e na Guerra do Ultramar. Muitos regressaram com problemas de saúde, mas todos têm já hoje, avançada idade.

Podemos, pois, regozijar-nos com medidas de apoio à saúde por que tanto ambicionavam.

Como sabem um dos nossos lemas é honrar os mortos e lutar pela dignidade dos vivos. Acabamos de fazer referência a alguns resultados da nossa justa persistência no que diz respeito à dignidade dos vivos.

Nesta cerimónia estamos também e fundamentalmente honrando os mortos. Sobre este aspeto gostaria de vos chamar à atenção para uma ação que está em curso no âmbito do nosso Programa Estratégico e Estruturante «Conservação das Memórias». De há anos a esta parte, estivemos na Guiné por cinco vezes, onde reconstruímos uma igreja e transformámos em Ossário, no qual depositámos os restos mortais de camaradas nossos trazidos do meio do mato e de áreas cemiteriais abandonadas e dignificámos o cemitério de Bissau. Fizemos sete operações e ações em Moçambique com a mesma finalidade e construímos um Ossário em Nampula.

Estivemos em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste com a mesma finalidade. Apoiámos trasladações a pedido das famílias.

Estamos atualmente em Angola, onde em 187 lugares temos mais de 1500 Combatentes inumados. Foi possível com o apoio financeiro do governo português e autorização do governo angolano iniciar a primeira fase da «Operação Embondeiro» e dignificar os dois cemitérios de Luanda. Esforço extraordinário, mesmo hercúleo, de uma equipa da Direção Central, nos meses de julho a setembro. Foram remodelados face às circunstâncias encontradas e dignificados os cemitérios de Alto das Cruzes e de Santa Ana e restaurado um monumento neste último. Assinalo apenas que tiveram de ser executados e colocados em Ossário de café 400 restos mortais, independentemente dos que restam em campas. Iniciámos este Programa era então Ministro da Defesa Nacional o Dr. Paulo Portas e não mais parámos até hoje.

Senhor MDN, Senhor Presidente da Câmara de Mourão, Caros Combatentes

A terminar permitam-me que sublinhe o bom gosto e objetividade artística deste verdadeiro aerograma escultural que o tempo não apagará da memória dos cidadãos de Mourão. Parabéns ao escultor e a todos quantos contribuíram para esta obra de reconhecimento aos melhores cidadãos desta terra que um dia juraram defendê-la se necessário com o sacrifício da própria vida.

Os meus parabéns ao Senhor Presidente do Núcleo de Mourão e à sua equipa, marcando presença nesta vila de Mourão no Portugal profundo, com votos do maior êxito no futuro próximo. Importa salientar, para quem nos ouve, que qualquer cidadão pode ser Sócio da Liga dos Combatentes e que, como Sócios Combatentes, podem também ser inscritos os cidadãos que tenham cumprido uma missão de segurança durante os quinze estados de emergência que foram decretados durante a pandemia do Covid-19. Logo, elementos do serviço de saúde, bombeiros, proteção civil, PSP, GNR, para além do pessoal das Forças Armadas e civis, podem juntar-se à nossa patriótica e humanitária instituição.

Vivam os cidadãos de Mourão!
Vivam os Combatentes de Mourão!
Viva a Liga dos Combatentes!



Cerimónia comemorativa do 106.º aniversário do armistício da grande guerra e 50.º aniversário do fim da guerra do ultramar

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES
11 de novembro de 2024

Exmo. Senhor General Nunes da Fonseca, digníssimo CEMGFA e Vogal Honorário do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, muito obrigado pela sua presença e pelo apoio que concede à Liga dos Combatentes, nomeadamente na organização desta cerimónia.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng. Carlos Moedas, agradeço a V. Ex.ª estar connosco hoje e o apoio que a CML tem prestado na manutenção deste nosso espaço. Aguardamos a concretização dos estudos em curso para iluminação deste monumento.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Dr. Pedro Pessanha,

Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, Dr. Álvaro Castelo Branco, e Exma. Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional, Dr.ª Ana Isabel Xavier, muito obrigado pela vossa presença e o vosso apoio.

Exmo. Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e General Chefe do Estado-Maior do Exército, Membros Honorários do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, General Cartaxo Alves e General Mendes Ferrão,

Exmo. Senhor Diretor Nacional da PSP, Superintendente Luís Ribeiro Carrilho,

Exmo. Senhor Contra-Almirante Proença Mendes, em representação do Senhor Almirante CEMA,

Exmo. Senhor representante do Comandante-geral da GNR, Tenente General Rui Veloso,

Excelência Reverendíssima o Administrador Apostólico das Forças Armadas e Forças de Segurança e Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério,

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém, Dr. Fernando Ribeiro Rosa,

Exmos. Senhores Almirantes, oficiais Generais e Diretores-gerais da Defesa Nacional,

Exmas. Senhoras Embaixadoras do Canadá, da França e da Alemanha, representação de Angola, a quem felicito pelo dia de hoje, representação de Timor-Leste, a quem testemunho a nossa solidariedade pela evocação do dia de amanhã.

Exmo. Senhor Embaixador da Bélgica,

Exmo. Senhor General representante do Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e senhor General Presidente do IASFA,

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar,

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, Professor Dr. Moniz de Sousa, e Almirantes e Generais Membros do Conselho Supremo,

Exmos. Senhores Adidos de Defesa da França, dos EUA, do Reino Unido e Timor-Leste,

Exmos. Membros da Direção Central e do Conselho Fiscal da Liga dos Combatentes, Presidentes de Núcleos da Liga dos Combatentes e Presidentes das Associações de Combatentes nacionais e estrangeiras presentes,
Senhores Assessores dos Generais Chefes de Estado-maior,
Caros convidados,
Minhas senhoras e meus senhores,
Caros Combatentes,

Hoje evocamos o cessar-fogo, o Armistício e a Paz. Trilogia da alegria, de quem, um dia, teve que fazer a Guerra. Trilogia que se verificou às onze horas, do dia onze, do mês onze de 1918. Trilogia que vivemos, nós que tivemos que fazer a guerra, com a Revolução, o cessar-fogo e a Paz, a 25 de abril de 1974. Trilogia que se pode sintetizar numa única palavra, também ela com três letras: Paz.

Palavra simples, mas de significado extremamente complexo e variado em conceitos e vivências. Mas é essa palavra que nos traz hoje aqui, recordando e homenageando aqueles que tendo tido que fazer a guerra, conseguiram promover a Paz.

Promover a Paz. É um dos variados, mas superiores conceitos, de conotação positiva, que esta palavra encerra: estado de bem-estar, estabilidade, tranquilidade e segurança, cuja manutenção implica tolerância, justiça, abertura ao diálogo e respeito pelos direitos humanos.

Paz é um valor que é reconhecido universalmente e se estende à Sociedade, ao Estado e ao ser humano e é mesmo o objetivo de organizações, como a ONU.

Segundo Mahatma Gandhi advogado e político “Não há caminho para a Paz. A Paz é o caminho”.

Contrariamente ao que afirmava Immanuel Kant dizendo que o estado natural é a guerra e o risco constante da sua eclosão.

Mas talvez a escritora Eleanor Roosevelt tenha a razão ao afirmar: “Não basta falar de Paz. O que mais importa é acreditar, trabalhar para ela”.

E esta nossa cerimónia de conservação e exaltação das memórias individuais e coletivas, na linha do trabalho permanente da Liga dos Combatentes e das Forças Armadas e Forças de Segurança, são um dos caminhos para garantir a tranquilidade, bem-estar, estabilidade e segurança individual e coletiva dissuadindo os riscos, os desafios e as ameaças.

Evocamos os momentos em que a Paz se tornou visível, após o fim da destruição e morte que o estado de guerra sempre provoca. Só em Paz se pode ter Paz social. E esta, uma vez a obtida, não se pode deixar cair nas ruas. Somos todos responsáveis quando isso acontece.

E nós Combatentes temos a sensação que alguém chama novamente por nós. Essa Pátria, esse mesmo alguém que nos levou a pegar em armas, parece querer levar-nos hoje a pegar nas Forças Morais que nos unem, para nos colocarmos ao seu serviço, por acreditarmos que os valores intrínsecos da sociedade portuguesa são, sem dramatismos, necessários e suficientes para que Portugal, seja cada vez mais Portugal. No ano em que comemoramos Camões, salientemos que ele afinal não morreu com a Pátria, como julgava. Essa, com vitórias e derrotas, riscos, desafios e ameaças, continua a servir-se de nós e continua bem viva.

Os Armistícios que hoje evocamos, da Grande Guerra e da Guerra do Ultramar, que garantiram a cessação temporária das hostilidades e a que se seguiram longos períodos de Paz, garantidos pela

harmonia entre estados e entre os homens e mulheres que lhes dão vida, estão hoje em regiões da Europa e do mundo, em guerra, a serem permanentemente evocados para que sessem as hostilidades.

Hostilidades algumas delas de caráter imperialista, outras de sobrevivência estatal, outras de sobrevivência tribal, que se iniciaram e se mantêm, no mais sério e desumano conflito social e político que pode existir, entre duas ou mais comunidades humanas: a guerra, com tudo o que é destruição humana e de infraestruturas vitais.

Mais grave ainda se essas hostilidades se arrastarem para conflitos à dimensão global. Sentimento que a análise da informação diária dos conflitos em curso, nos cria de instabilidade, insegurança e dúvida, colocando-nos entre a Paz e a guerra e degradando a Paz social. Já não se trata da Paz pelo terror, mas em muitas áreas do globo, da guerra pela guerra.

E as lições da História recente, do século XX, deveriam ser inspiradoras dos provocadores da Paz.

A Primeira Guerra Mundial, logo a seguir ao Armistício, em 1919 deu origem a uma tentativa de harmonização global com a criação da Sociedade das Nações. Durou vinte anos. Em 1939 eclodia a Segunda Guerra Mundial. Para em 1945, mais uma vez, a alta política mundial, conduzir mais uma tentativa global de resolução de conflitos. Foi criada a Organização das Nações Unidas, a qual, com o apoio indireto da Paz pelo Terror, ainda hoje existe, com as dificuldades e condicionamentos conhecidos, ao ponto de verem serviços seus serem considerados terroristas e o seu Presidente ver-se impedido de entrar em estados membros da organização mundial a que preside.

Se o século XX, se pode considerar o século da Paz falhada, e quando existiu, foi com a ameaça do Terror, o quadro atual do primeiro quartel do século XXI exige reflexão profunda, de todos os políticos mundiais, a fim de evitar o que altos responsáveis políticos e religiosos dizem estar em curso: a terceira guerra mundial.

Senhor General CEMGFA, senhor SEADN e senhora SEDN, meus senhores e minhas senhoras,

No ano em curso, em que, justificadamente, todo o mundo fala de guerra e parte do mundo sofre a guerra, nós Combatentes, que tivemos que fazer a guerra e odiamos a guerra, evocamos o Armistício e a Revolução para a Paz.

Armistício da Grande Guerra, evocado pela Liga dos Combatentes desde a sua fundação a que associa a homenagem aos Combatentes caídos nesse primeiro holocausto de dimensão mundial. Já lá vão 106 anos sem os esquecermos.

Revolução para a Paz, fazendo terminar a guerra, de que evocamos meio século e que desde 25 de abril de 1974, nos permite evocar o fim da Guerra do Ultramar, com liberdade, democracia e desenvolvimento e nos permite prestar homenagem aos que caíram nessa guerra, curvando-nos perante o memorial, na nossa frente, com cerca de dez mil nomes, que teimamos em não esquecer. Por isso a Direção Central da Liga dos Combatentes decidiu colocar uma lápide, junto das duas existentes, à esquerda do Monumento, evocando essas duas efemérides: os 50 anos do 25 de abril e os 50 anos do fim da Guerra do Ultramar. Momentos que nos dizem muito.

Tudo isso nos impulsiona para, cumprindo nosso lema, continuarmos a honrar os mortos, mas não deixando de lutar pela dignidade dos vivos. E vale a pena lutar.

No ano em curso, e mais propriamente no semestre em curso, os Combatentes e a Liga dos Combatentes, viram-se contemplados com decisões superiores que vieram responder positivamente a anos de luta.

Refiro-me em primeiro lugar à decisão tomada pelo atual governo por proposta do Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno de Melo, e expressa no DL 61/2024, ouvida a Liga dos Combatentes, garantindo a gratuitidade de medicamentos aos Antigos Combatentes pensionistas a partir de 2025/2026 e 90 por cento dos medicamentos psicofármacos para todos os Antigos Combatentes independentemente da idade.

É momento para publicamente testemunhar ao Senhor SEADN e Senhora SEDN e solicitar que transmitam a Sua Ex.^ª o Ministro da Defesa Nacional, o apreço dos Combatentes pela decisão tomada e que como é evidente peca por tardia e ilustra uma certa apatia de governos anteriores, ou por outras palavras, a falta de prioridade dada a um problema que não é um problema menor.

Felicito igualmente a forma como V. Ex.^ªs se têm relacionado com a Liga dos Combatentes e o seu Presidente.

A segunda decisão recente a que gostaria de dar relevo diz respeito, igualmente ao âmbito da saúde, e foi tomada por sua Ex.^ª o General CEMGFA Nunes da Fonseca, por proposta do Diretor do Hospital das Forças Armadas (HFAR), Comodoro Francisco Gamito, com a concordância do senhor MDN, que autorizou a realização de um protocolo entre o HFAR e a Liga dos Combatentes, recentemente assinado, permitindo o acesso de forma condicionada, de membros da Liga dos Combatentes ao HFAR.

Duas medidas tomadas no âmbito da saúde pelas quais a Liga dos Combatentes ambicionava e vê finalmente realizadas. Quando o homem quer a obra nasce!

Por isso acreditamos que a outra vertente que preocupa os Combatentes e se situa no âmbito do apoio social, o Senhor MDN encontrará os apoios necessários do governo para garantir a revisão do complemento e suplemento especial de pensão, por forma a dignificar o Estado que confere e o combatente que recebe.

Trata-se afinal a revisão positiva de um direito que a lei lhe confere desde 2002, revisto negativamente em 2009 e mantido sem alteração com a publicação do estatuto em 2020.

O assunto da saúde que atrás referimos integra-se no nosso Programa Estratégico e Estruturante Cuidados de Saúde e Apoio Social da Liga dos Combatentes.

Gostaria, porém, de sublinhar de entre os nossos seis Programas Estratégicos Estruturantes (PEE) que desenvolvemos, um garantiu-nos a possibilidade de abrirmos uma nova frente. Trata-se do PEE Conservação das Memórias. Depois da Guiné, Moçambique, S. Tomé, Cabo Verde e Timor Leste, foi-nos permitido pelo governo angolano atuar em Angola e com o apoio financeiro garantido pelo governo português iniciámos a operação que designámos por Operação Embondeiro a fim de localizarmos e dignificarmos em 187 lugares, cerca de 1500 restos mortais de militares portugueses caídos na Guerra do Ultramar.

Iniciámos a 1.^ª Fase, em Luanda no cemitério de Alto das Cruzes, com 106 campas da Grande Guerra e de Santa Ana com cerca de 500 da Guerra do Ultramar. Planeamento e decisões extraordinariamente difíceis, já que entre as nossas campas se encontravam igualmente centenas de restos mortais de cidadãos angolanos. Se o planeamento foi delicado, mas corajoso, a execução, realizada em três meses, por elementos da Direção Central, incluindo a exumação de cerca de 400 restos mortais, e por uma empresa a quem foi adjudicada a beneficiação do espaço cemiterial, ossários e o Monumento ali existente, de acordo com projeto definido pela Liga dos Combatentes, correspondeu a um esforço hercúleo, adaptado às muito difíceis circunstâncias encontradas, mas de cujos resultados nos podemos orgulhar. A Operação Embondeiro continuará nos próximos anos. Continuaremos sem desfalecimentos e a ação para 2025 está já planeada e financeiramente dotada, com o apoio do MDN.

Minhas senhoras e meus senhores,

Na linha do que temos vindo a fazer nesta cerimónia, daremos este ano relevo à ação do Exército ao serviço de Portugal e dos portugueses, salientando das Operações Especiais do Exército, o Caminho dos Combatentes Rangers. Convidámos por isso hoje o Senhor General Serafino, membro do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes e presidente da Assembleia-geral da Associação das Operações do Especiais, para seguidamente usar da palavra. No final da cerimónia teremos na Sala Aljubarrota do Museu do Combatente, a inauguração duas exposições, uma elaborada no Museu do Combatente, tendo como fonte o Exército, e subordinada ao título “Um Exército sempre pronto ao serviço dos portugueses” e outra da Associação das Operações Especiais, intitulada “O Caminho dos Rangers”.

Agradeço a presença de todas e de todos, nomeadamente a todos os que ajudaram a organizar esta cerimónia e dos nossos Núcleos e os seus Porta-guiões, a cujos Combatentes dirijo o meu profundo apreço e reconhecimento pela sua permanente presença em todas as nossas cerimónias, transportando com galhardia e distinção o nosso símbolo, com a Cruz de Cristo e a Cruz de Guerra.

Falámos de cessar-fogo, Armistício de Paz e Liberdade. Permitam-me que termine com uma evocação ao 25 de abril e à Paz da Guerra do Ultramar, com um poema que escrevi há precisamente 50 anos, quando devolvida a Paz e os Natais!

Oh! Mata!
Silenciosa,
Alegre
Majestosa!
Onde deixaste
Teu mistério traiçoeiro?!

Teu verde,
É mais verde
Na esperança
Tranquila
Do futuro!

A incógnita,
É agora a própria natureza!
Teus cantares,
Não mais assemelham metralha!
De tuas flores
Não mais brota odor da pólvora!

Tens outra cor!
Não mais a cor negra da morte!
Não mais o preto fantasma!
Tens a cor da tranquilidade
O verde forte da esperança!
A cor da Liberdade!

Vivam os Combatentes por Portugal!
Viva Portugal!